

## IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

GHILARDI, Daniel  
CASTRO, Matheus Felipe de

### Resumo

O artigo toma de empréstimo algumas polêmicas que vêm sendo fomentadas pelas graves distorções cognitivas e, de consequência, arbitrariedades judiciais, para, a partir delas, retomar a literatura dos sistemas processuais penais, do chamado princípio da identidade física do juiz e de seu eventual caráter instrumental (inquisitório). A partir dessas polêmicas, o artigo retoma três frentes de trabalho: a relação imediata, pessoal e direta entre quem deve julgar e o dado probatório; a natureza essencialmente inquisitorial do processo penal brasileiro e o caráter instrumental do princípio da identidade física do juiz; e, por fim, a separação das funções de julgar e instruir.

Objetiva, desta feita, examinar se o chamado princípio da identidade física do juiz, consagrado no parágrafo segundo do artigo 399 do Código de Processo Penal, realiza o princípio dispositivo do sistema processual acusatório ou reforça o princípio inquisitivo do sistema processual inquisitório.

O procedimento de pesquisa adotado foi o bibliográfico, nas formas exploratórias e descritivas.

Palavras-chave: Direito processual penal. Sistemas processuais. Princípio da identidade física do juiz. Distorções cognitivas

E-mails: [daniellghilardii@outlook.com](mailto:daniellghilardii@outlook.com); [matheusfelipedecastro@gmail.com](mailto:matheusfelipedecastro@gmail.com)